

Sumário

Capítulo I- O agronegócio como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional.....	1
1.1. Introdução: conceito de atividade e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna.....	1
1.2. As atividades previstas no âmbito do direito constitucional brasileiro em face de diferentes circunstâncias normativas	2
1.3. Princípios gerais da atividade em face da ordem econômica constitucional: o trabalho humano e a livre iniciativa visando assegurar a todos existência digna	5
1.4. O agronegócio como atividade econômica em face do direito constitucional: a agricultura, a pecuária e o objetivo de produzir alimentos visando erradicar a fome em nosso País	10
1.5. O agronegócio como atividade econômica em face do direito constitucional: a agricultura e a pecuária vinculadas ao objetivo fundamental constitucional de garantir o desenvolvimento nacional	23
1.6. O agronegócio como atividade econômica em face do direito constitucional: a agricultura e a pecuária vinculadas ao objetivo fundamental constitucional de garantir o desenvolvimento nacional de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais	28
1.7. O agronegócio como empresa e sua função social	29
1.7.1. Direito social e função social	34
1.7.2. Função social no plano constitucional brasileiro: os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa estruturando a função social no âmbito dos princípios gerais da ordem econômica.....	37
1.7.3. As empresas rurais (agronegócio) como atividade econômica e sua função social.....	38
1.7.4. Globalização dos mercados de bens ambientais e as empresas transnacionais: tutela jurídica das commodities em face das relações jurídicas internacionais	39

Capítulo 2- O agronegócio como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional e seus reflexos no direito ambiental constitucional.....	43
2.1. A cláusula constitucional proclamadora do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida da pessoa humana e a orientação do Supremo Tribunal Federal no que se refere à atividade econômica e seu exercício em harmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente	43
2.2. Gestão de risco no âmbito do agronegócio em face do direito ambiental constitucional: o uso dos bens ambientais em face do princípio da prevenção (Art.225 da Constituição Federal)	53
2.2.1. Conteúdo jurídico do princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor e a avaliação dos custos das medidas de prevenção (ou precaução?)	57
2.2.1.1. Atividades de produção de bens e serviços com o uso de recursos naturais em face do princípio da precaução: incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos e exigências atribuídas ao Estado	59
2.2.1.2. O princípio da precaução e o novo conteúdo exigível no EPIA (Art.225, parágrafo 1º, IV da CF) para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.....	61
2.3. O agronegócio como atividade econômica no âmbito do art.225 da Constituição Federal e seus reflexos no direito ambiental constitucional: o desenvolvimento sustentável, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.....	62
2.4. O agronegócio, seu objetivo maior de atuar no sentido de erradicar a fome produzindo alimentos e o objetivo constitucional de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais: o desenvolvimento sustentável (Art.170, VI)	63

2.5. As atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente e o estudo prévio de impacto ambiental (Art.225, parágrafo 1º, IV).....	72
2.6. Atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores a sanções penais e a sanções administrativas, bem como obrigação de reparar os danos causados (Art.225, parágrafo 3º)	75
2.6.1. Atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais: o agronegócio em face dos crimes ambientais	76
2.6.2. Atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores a sanções administrativas: o agronegócio em face das atividades da Administração Pública destinadas a regular prática de atos ou mesmo fatos em razão de atividade vinculada a bens de uso comum.....	77
2.6.3. Atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores à obrigação de reparar os danos causados: danos ocasionados pelo agronegócio e dever de indenizar	80
2.6.3.1. Dano material, dano moral e dano à imagem: responsabilidade derivada de lesão aos bens ambientais	81
2.6.3.1.1. A lesão ao patrimônio genético de espécimes vegetal, fúngico, microbiano ou animal e sua indenização	83
2.6.3.1.2. A lesão ao meio ambiente natural e sua indenização: a lesão às águas interiores, superficiais e subterrâneas ao solo e subsolo, aos elementos da biosfera, à fauna e à flora.....	83
2.6.4. Responsabilidade objetiva do poluidor em face de lesão ambiental.....	84
2.6.5. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente	84
2.6.6. Danos ocasionados pelo agronegócio e dever de indenizar em face do direito processual ambiental.....	86
2.6.6.1. Direito de agir em face de lesão ou ameaça ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	86
2.6.6.2. O agronegócio e a legitimidade passiva nas ações ambientais: os poluidores.....	90

Capítulo 3 - O uso de recursos ambientais pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro	93
3.1. Os recursos ambientais como bens ambientais	93
3.1.1. O bem ambiental criado pela Constituição Federal de 1988 como terceiro gênero de bem e a contribuição dada pela doutrina italiana em face da análise dos direitos metaindividuais	94
3.1.2. Os bens ambientais em face de sua estrutura jurídica constitucional: bens essenciais à sadia qualidade de vida e de uso comum do povo.....	123
3.1.2.1. Bens essenciais à sadia qualidade de vida: Piso Vital Mínimo e a “tese” da “reserva do possível” (Der Vorbehalt des Möglichen).....	126
3.1.2.2 Bens de uso comum do povo	128
3.1.3. A natureza jurídica constitucional dos bens ambientais em face do direito constitucional de propriedade.....	129
3.1.4. Os bens ambientais atribuídos a entes federados.....	138
3.1.5. Bens ambientais no plano infraconstitucional: a classificação dos bens prevista na lei 10.406/02(bens públicos e bens particulares) e os bens de consumo indicados na lei 8078/90	139
3.1.5.1. A distinção entre os bens públicos definidos em norma infraconstitucional e os bens ambientais definidos no plano constitucional: a interpretação do Supremo Tribunal Federal	140
3.2. O uso das águas pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro.....	144
3.2.1. Recursos hídricos no Brasil sua localização com relação ao solo: águas subterrâneas e águas superficiais.....	144
3.2.2. Irrigação e consumo de água pelo agronegócio	146
3.3. O uso do solo e subsolo pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro	150
3.3.1. As queimadas em face do uso do solo e subsolo em face do direito ambiental brasileiro.....	163
3.4. Poluição das águas e do solo pelo agronegócio em face da saúde ambiental.....	168

3.4.1. Tutela jurídica da saúde ambiental em face do direito ambiental brasileiro: saúde pública, saúde ambiental e o conceito de saúde ambiental em face da Constituição Federal	168
3.4.2. Poluição em face da saúde ambiental.....	175
3.4.3. Agrotóxicos em face da saúde ambiental.....	178
3.5. O uso da fauna como bem ambiental pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro.....	185
3.5.1. Uso da fauna em face do bem estar dos animais	189
3.6. O uso da flora como bem ambiental pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro	191
3.7. O uso do patrimônio genético de espécies vegetais, animais, microbianas ou de outra natureza: produtos transgênicos e clonagem em face do direito ambiental constitucional.....	193
Capítulo 4 - O agronegócio em face dos crimes ambientais	201
4.1. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.....	202
4.2. Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	204
4.3. Crimes contra o meio ambiente	205
4.3.1 Crimes contra a fauna.....	205
4.3.2 Crimes contra a flora	208
4.3.3. Crimes de Poluição e outros Crimes Ambientais	211
Capítulo 5- O agronegócio em face do direito ambiental tributário....	213
5.1. Direito ambiental tributário.....	213
5.2. Os tributos em face dos recursos naturais	218
5.2.1. O ITR ambiental	219
5.2.2. O ICMS ambiental	220
5.2.3. As Taxas Ambientais.....	223
Bibliografia.....	225